

ENSAIO TEÓRICO

Orações adverbiais de modo introduzidas por “sem”/“sem que”: um olhar na tradição gramatical e outro nos usos



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Andre Vinicius Lopes Coneglian (UFMG)
- Maria Helena de Moura Neves (UNESP)
- Lachlan Mackenzie (VUA)

AVALIADO POR

- Beatriz Decat (UFMG)
- Sanderléia Longhin (UNESP)

SOBRE OS AUTORES

- Marta Anaísa Bezerra Ramos
Curadoria de dados, Investigação, Escrita – análise e rascunho original.
- Camilo Rosa Silva
Conceptualização, Análise formal, Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 24/08/2020
- Aceito: 17/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Ramos, M. A. B.; Silva, C. R. (2020). Orações adverbiais de modo introduzidas por “sem”/“sem que”: um olhar na tradição gramatical e outro nos usos. *Revista da Abralín*, v. 19, n. 3, p. 186-210, 2020.

Marta Anaísa Bezerra RAMOS

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Camilo Rosa SILVA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

RESUMO

Neste artigo, abordamos a recategorização da preposição “sem”, que se configura como conjunção seja quando integra a perífrase “sem que”, seja na estrutura “sem + verbo no infinitivo”, introduzindo orações adverbiais. Damos destaque à flutuação semântico-discursiva experimentada por essa forma gramatical, defendendo que, embora o referido item integre o rol das preposições medianamente gramaticalizadas, é suscetível à mudança, exibindo matizes semânticos diversos. Tomando como suporte a Teoria Funcionalista (Halliday, 1985; Hopper e Traugott, 1993; Neves, 2002; Castilho, 2010), inventariamos os matizes semânticos nas estruturas oracionais presentes em artigos de opinião, editoriais e entrevistas de periódicos semanais que compõem o *corpus* investigado. Da análise dos dados, revelaram-se muito frequentes as estruturas a que conferimos o valor modal, levando-nos a defender que esse matiz constitui um domínio particular e não um domínio amplo, que seria diluído nas relações semânticas de comparação, conformidade ou concessão, prática passível de revisão na abordagem das gramáticas consideradas tradicionais.

ABSTRACT

In this paper, we approach the recategorization of the preposition “sem”, which is configured as a conjunction, either when integrating the periphrasis “sem que”, or in the structure “sem” + verb in the infinitive, introducing adverbial clauses. We highlight the semantic-discursive fluctuation experienced by this grammatical form, advocating that, although the referred item integrates the roster of medianly grammaticalized prepositions, it is susceptible to change, exhibiting diversified semantic nuances. Taking as basis the Functionalist Theory, we inventory the semantic nuances in the clause structures present in opinion articles, editorials and interviews of weekly journals that compose the investigated *corpus*. From the analysis of the data, the structures to which we confer the modal value were revealed very frequent, leading us to defend that these nuances constitute a particular domain and not a broad domain, which would be diluted in the semantic relations of comparison, compliance or concession, a practice that should be reviewed by traditional grammar.

PALAVRAS-CHAVE

Recategorização semântica. Preposição. Conjunção. Relação de modo.

KEYWORDS

Semantic recategorization. Preposition. Conjunction. Manner relation.

Introdução

Este artigo explora a variação funcional patente nos usos dos itens gramaticais “sem” e “sem que”, considerando a flutuação categorial que permite ao “sem” transitar da classe de preposição à de conjunção. Coligada a essa variabilidade, emerge a produtividade de orações hipotáticas adverbiais modais, tipologia, em geral, negligenciada pela tradição dos estudos gramaticais¹, cuja classificação, a nosso ver, carece de atualização.

Trata-se, assim, de um estudo de base teórica funcionalista, o que nos instiga a iniciar alçando uma concepção de gramática fundada em pressupostos que assumem sua relação com o discurso como também com a cognição. Alguns conceitos básicos, segundo Neves (2002, p. 176), são cruciais para a caracterização de uma gramática pautada nos usos: “a) o caráter não-discreto das categorias

¹Vale ressaltar, de antemão, que alguns gramáticos, a exemplo de Luft (1989) e Kury (1991), manifestam entendimento nessa direção.

gramaticais; b) a fluidez semântica, com valorização do papel do contexto; c) a gradualidade das mudanças e coexistência de etapas”.

Apontamos esses pilares como âncora do presente estudo, na medida em que abordamos a re-categorização sintático-semântica do item gramatical “sem”. O item é visto como preposição, que já atua como transpositor no nível suboracional, por habilitar um sintagma nominal a desempenhar uma outra função (sintagma adjetival ou adverbial) e que passa a atuar em um plano superior, ao transpor sintagma adverbial de base nominal para o nível oracional. Isso significa que ele ocupa um ponto não-discreto, no intermédio preposição/conjunção. Entendemos que, seja a estrutura “sem + [Sn/SAdv.] + verbo no infinitivo”, seja “sem que + verbo no subjuntivo”, em cada uma, tomado como uma unidade, o “sem” constitui uma marca conjuncional² atuante no âmbito das orações adverbiais.

A observação do comportamento funcional do “sem (que)”, nos moldes sinalizados, nos anima a ampliar o escopo da análise, fazendo-nos interessar pelas orações introduzidas por esse item. Na esfera semântica, é corrente a prática de categorizar as orações subordinadas adverbiais conforme o tipo de circunstância sinalizado pelo primeiro elemento – advérbio ou preposição – que integra a locução conjuntiva³. A tradição gramatical limita-se a atribuir a essas marcas os valores de condição e concessão, com prevalência do primeiro. Porém, quando da observação de uma amostra de textos jornalísticos, de caráter argumentativo, evidenciamos, dentre outros matizes semânticos, a expressão do valor modal⁴, aspecto ignorado por grande parte dos “gramáticos tradicionais”, o que provavelmente se deve à tendência de as explicações centrarem-se nos exemplos prototípicos de perspectiva normativa.

Essa percepção nos estimulou a tentar demonstrar que a circunstância de modo não se trata de um domínio amplo, virtualmente diluído nas relações semânticas de comparação, conformidade ou concessão, prática corrente na abordagem das gramáticas. Esse é o objetivo básico do presente artigo, levando em conta estruturas adverbiais introduzidas por “sem + infinitivo”/“sem + que”.

Sabemos que se, por um lado, a renovação no quadro das conjunções se dá pelo deslocamento de itens de uma classe para outra, evidenciando alteração sob o aspecto formal, por outro, a mudança também se revela na esfera da significação, dado o valor polissêmico de uma mesma forma linguística, em contextos diferentes, o que tem motivado muitas investigações, sendo as transferências explicadas como projeções ora de natureza cognitiva ora pragmática. Logo, cabe-nos ressaltar

² Na verdade, admite-se que a preposição é um transpositor; mas que, ao contrário da conjunção, atua no nível suboracional. Somando-se a isso o fato de o infinitivo não ser considerado um verbo propriamente dito, mas uma forma verbinominal, tem-se outro argumento favorável à ideia de que a preposição não antecede oração, mantendo-se o postulado de que o *sem* é sempre preposição. Mas, tal como Azeredo (2000), entendemos que essas formas se assemelham às formas verbais plenas quanto à possibilidade de apresentarem sujeito e objeto, distinguindo-se, porém, destas últimas, por serem inflexíveis quanto à expressão de tempo e modo.

³ Esse procedimento, ainda que válido, não é suficiente para uma categorização dessas orações, pois uma única forma linguística pode acionar vários sentidos, viabilizando diferentes interpretações.

⁴ As gramáticas pedagógicas só reconhecem o valor modal nas orações gerundiais, embora contemplem tal circunstância na relação dos adjuntos adverbiais. Bechara (1999) faz a ressalva de que alguns gramáticos não incluem esse matiz semântico no rol das adverbiais em virtude de a Nomenclatura Gramatical Brasileira excluir tal noção quando da abordagem das relações semânticas adverbiais.

que, no decorrer da presente discussão, explicitaremos o percurso de gramaticalização das marcas aqui focalizadas, tendo por base os critérios indicados pela vertente do chamado Funcionalismo Norte-americano, mas também resgataremos noções afeitas do funcionalismo europeu.

Para sistematizar a exposição, organizamos o texto de modo a, inicialmente, apresentarmos esclarecimentos sobre como ocorre o trânsito das palavras entre as classes gramaticais; na sequência, tecemos considerações gerais sobre a gramaticalização de itens conjuncionais e/ou como se articulam os enunciados, até chegarmos à análise semântica das formas gramaticais em apreciação, contemplando e requerendo o valor modal de orações adverbiais presentes no *corpus*.

1. Gramática em emergência: classificação rígida ou maleável?

1.1 As conjunções e as relações inter-oracionais

É sabido que o sistema linguístico está em constante (re)organização, exibindo formas/estruturas fixas e outras fluidas – as primeiras já estabilizadas no sistema, as últimas podendo vir a se acomodar à gramática. Uma vez adaptadas, novo ciclo se inicia, dada a capacidade que tem a língua de se renovar a cada situação de interação. Nesse processo de mudança, podem-se demarcar três linhas conceituais quanto ao processo de gramaticalização, conforme o foco de observação seja o *léxico*, o *discurso* ou o *sentido*⁵ – no primeiro caso, observa-se se a mudança de estatuto de uma forma linguística resulta da passagem do léxico para a gramática; no segundo, se ocorre a passagem de um item já gramatical para um uso ainda mais gramatical⁶, no terceiro, levando em consideração aspectos da cognição, avaliam-se as mudanças de sentido, partindo do princípio de que na migração do papel lexical para o gramatical ocorre um enfraquecimento semântico.

O que rege a segunda linha de investigação é o princípio defendido por Givón (1979) de que o discurso, ou o modo pragmático, interfere na gramática, ou seja, no domínio da sintaxe, favorecendo o surgimento de novas estruturas gramaticais, razão de, em 1979, esse autor ter ampliado o mote precedente “*A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem*”, para “*A sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem*”. A gramaticalização, nesse caso, é definida em sentido *lato*, considerando-se as motivações externas atuantes na criação de novas formas que vão moldando a língua.

⁵ Não descartamos as abordagens que abrigam a compreensão de que o ponto de partida pode ser mais lexical ou menos lexical (cf. Hopper; Traugott, 1993). No entanto, remetemo-nos a essas especificidades teóricas que rastreiam o foco de observação como recurso metodológico, o que pode auxiliar na tentativa de uma descrição mais detalhada do processo.

⁶ Martelotta (2003, p. 60-63), analisando o fenômeno da mudança linguística, cita vários itens adverbiais que passam a ocupar lugar de conjunção. Como ilustração, cita o uso do vocábulo “mal”, tipicamente classificado como advérbio de modo, mas que, no enunciado “Mal saiu de casa, começou a chover”, assume papel de conjunção com sentido temporal.

A concepção de gramaticalização com a qual lidamos envolve as alterações tanto no estatuto categorial dos itens linguísticos quanto nas funções semânticas, dadas as extensões de sentido decorrentes de associação de ideias (via metáfora ou metonímia). No que concerne à classe das conjunções, não é novidade que esta seja uma classe heterogênea, pois é comum os gramáticos diferenciarem conjunções propriamente ditas de expressões, algumas das quais responsáveis por enlaces adverbiais, que, por compartilharem dos traços invariabilidade e papel relacional, acabam recebendo a mesma denominação. Ou seja, conjunções, preposições e advérbios têm traços semelhantes, a ponto de ser difícil distinguir as três classes ou incluir um determinado exemplar em uma delas apenas.

Carvalho (2001) menciona um tipo particular de uso em que a preposição, junto ao nominalizador, introduz sentenças (argumento válido também para o conjunto “advérbio + que”: *antes que, depois que, etc.*). A autora argumenta que as verdadeiras conjunções subordinativas seriam as do tipo integrantes, já que as orações hipotáticas adverbiais sempre são introduzidas por elementos de outras classes, principalmente advérbios - no caso, trata-se de unidades constituídas de dois elementos (preposição/advérbio/verbo + que).

Longhin-Thomazi (2004), previamente à descrição do processo de gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial, faz um esboço sobre o surgimento das conjunções, tendo como suporte Meillet (1948 [1912]) e Paul (1886), entre outros estudiosos. Conforme a autora, a expressão literária que marcou o latim clássico favoreceu o uso intensivo das conjunções, dada a preferência do recurso da subordinação na articulação textual. Por outro lado, poucas das conjunções dessa norma foram aproveitadas no latim vulgar, que serviu de base para a formação das línguas românicas. Consequentemente não só foram criadas outras conjunções como surgiu um outro recurso de grande produtividade para configuração da subordinação - a partícula *quod* e as variantes *quid* e *quia*. Derivam desse mecanismo as perífrases conjuncionais de base adverbial e preposicional, em que o *quod* figura como segundo elemento do construto. Corroborando o que foi descrito nos parágrafos precedentes, é esta a estratégia que, ainda segundo Longhin-Thomazi (2004), explica a formação do quadro conjuncional do português, incluindo palavras de diferentes categorias, inclusive verbos, como ilustram as locuções logo que, já que, sem que, visto que, dado que, etc.

Em se tratando da gramaticalização de orações, funcionalistas como Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988), Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), ancorados na premissa de que, no processo de junção das frases complexas, as orações exibem diferentes graus de vinculação sintática, categorizam as estruturas oracionais, sob a ótica de um *continuum*, em paratáticas, hipotáticas e subordinadas.

Halliday (1985) estabelece como estratégia de análise das orações complexas dois eixos - o sistema tático e o sistema lógico-semântico. O primeiro leva em conta a correlação entre elementos, e o segundo, o papel semântico-funcional das orações. Dentro do primeiro eixo, distinguem-se relações paratáticas e hipotáticas, conforme a relação entre os elementos seja de mesmo estatuto ou de

estatuto diferente⁷. O segundo eixo determina a divisão entre relação de expansão e de projeção. Especificamente sobre o que se chama expansão, situam-se as relações lógico-semânticas como: elaboração, extensão e realce. Esta última, de interesse deste trabalho, corresponde aos casos em que uma oração qualifica a outra imprimindo noções de tempo, lugar, modo, causa ou condição.

A combinação das orações adverbiais, segundo Matthiessen e Thompson (1988), reflete a organização retórica do discurso. Em suas análises, os referidos autores levam em conta as motivações pragmático-discursivas, uma vez que a verificação do grau de interdependência das orações está relacionada não apenas à análise da estrutura interna da frase, mas também das funções discursivas. Nessa linha, situam-se as relações de listagem (parataxe) e relações núcleo-satélite (hipotaxe). Quanto a esse último tipo de estrutura, entendem que uma informação realiza o objetivo central do autor e a outra serve de suporte para esses objetivos ou um objetivo suplementar.

A noção de *continuum* é visível na proposta de Lehmann (1988), quando a divisão das tipologias oracionais⁸ obedece a um trajeto conforme o qual, no polo à esquerda, situam-se as orações cujo vínculo é mais fraco, a exemplo das sentenças de igual estatuto sintático (paratáticas); no polo à direita, ficam as orações cujo vínculo é mais forte, ou seja, as sentenças que se integram a outro constituinte da oração principal (é o caso das sentenças encaixadas ou subordinadas), e no ponto intermediário, estão cláusulas adverbiais, cláusulas nominais dessentencializadas, cláusulas correlatas, etc. Quanto a Hopper; Traugott (1993), considerando parâmetros sintáticos e semântico-discursivos, e adotando a ideia de *continuum*, também sugerem que o processo de junção das orações segue a direção de menor para maior integração de cláusulas e, em decorrência desse fator, o elo oracional é mínima ou maximamente explicitado.

Essas abordagens possibilitam o reconhecimento mais eficaz das propriedades das diversas tipologias oracionais, por conciliarem os critérios dependência e encaixamento. A consideração do eixo lógico-semântico sinalizado por Halliday (1985), segundo Braga (2001, p. 25), “fornece respaldo à intuição de que uma mesma relação semântica pode ser codificada por diferentes estratégias sintáticas”. Com isso, evita-se que o estudo dos processos de combinação oracional se restrinja à mera associação entre tipologia de oração e/ou tipologia de relação semântica, em conformidade com o conector que faz o elo oracional.

Antes de adentrar na esfera semântica, no campo da articulação oracional, convém caracterizarmos, dentre os três mecanismos de combinação referidos, o mecanismo da hipotaxe adverbial.

⁷ As estruturas de encaixamento (completivas e adjetivas restritivas), sendo constituintes da oração, não correspondem a um mecanismo de relação entre orações, razão de não serem contempladas no eixo tático; são, pois, um mecanismo à parte – a subordinação propriamente dita.

⁸ Os critérios indicados por Lehmann (1988) são resgatados, sobretudo, em estudos que tratam da gramaticalização de orações que representam atitudes dos falantes, as chamadas orações modalizadoras, advindas de orações complexas formadas com orações completivas. Mas também se aplicam a orações adverbiais que tendem à nominalização. Ilustram casos de modalização estruturas tais como “acho” e “parece”, em que ocorre redução ou dessentencialização de orações; e estruturas cristalizadas como “vai ver que”, que revela o uso gramaticalizado do verbo da oração principal, correspondendo ao advérbio “provavelmente”. Quanto às adverbiais, servem de ilustração as orações finais.

Conforme Castilho (2010) as adverbiais são estruturas em que não há encaixamento, estando uma oração em relação de adjunção⁹ com outra, servindo-lhe para adicionar uma informação ou circunstância. O autor faz a ressalva de que as orações adverbiais, se comparadas às subordinadas substantivas e adjetivas, têm uma ligação mais fraca em relação à matriz, mas, de outro modo, são mais suscetíveis às demandas do discurso.

Considerando o exposto nessa seção, reforçamos que o estudo da conexão entre orações, embora não possa ignorar o papel dos nexos que as inter-relacionam, não deve privilegiá-lo com exclusividade. Na seção que segue, nos deteremos em comentários acerca desse tópico.

1.2 Preposições/conjunções/orações: as relações semânticas

Nesta seção, tratamos do comportamento dos dois transpositores – a preposição e a conjunção –, sob o aspecto das relações semânticas que estabelecem entre uma oração matriz e os satélites adverbiais. Contestamos o enfoque tradicional das preposições, que deixa à margem a função relacional ou textual enquanto transpositor, sob a alegação de que elementos desta classe não antecedem uma oração. Nesse sentido, compartilhamos da visão de Neves (2000, p. 601) de que ambas as categorias gramaticais atuam “na esfera semântica das relações e processos, sendo responsáveis pela junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem”.

Para a discussão ora proposta, recorreremos aos trabalhos de Ilari *et al.* (2008) e Castilho (2009). A compreensão de todo o funcionamento do sistema preposicional, tão bem delineado por esses autores, se ancora no cognitivismo. Na perspectiva defendida por eles, sendo a linguagem o produto da mente, três expedientes concorrem para a construção linguística – as percepções físicas da espécie, a exemplo da audição; as experiências motoras, a exemplo do deslocamento; e as experiências culturais.

Quanto à classe das conjunções, Ilari (2008) considera restrita uma abordagem em cujo fundamento esteja a dicotomia coordenação/subordinação, daí afirmar que “Num estudo semântico das conjunções, uma das consequências pode ser a de recusar à oposição coordenativas/subordinativas o lugar privilegiado de que tem desfrutado” (ILARI, 2008, p. 828).

A base da reflexão levantada por Castilho (2009) sobre o sentido das preposições reside na concepção dessa classe como operadora de predicação. Significa dizer que as preposições viabilizam ligações semânticas entre o antecedente (também denominado figura) e o conseqüente (ou ponto de referência); este último, por intermédio da preposição, predica a figura, que pode ser representada por um nome ou por um verbo. No primeiro caso, tem-se a predicação de primeira ordem, ou

⁹ Considerando-se os parâmetros universais de independência/dependência sintática propostos para diferenciar a coordenação da subordinação bem como o critério de encaixamento, as adverbiais se situam entre as coordenadas e as subordinadas.

predicação de referente; no segundo, predicação de segunda ordem, ou predicação de outro predicado, como revelam os exemplos: “goiabada com queijo”, “veio de casa”, respectivamente.

Castilho (2009) argumenta que as preposições têm um sentido original, vinculado às noções de espaço/tempo, mas que delas derivam outros sentidos resultantes de extensões metafóricas, processo que também é decorrente da criatividade humana. Mais precisamente, nas palavras do autor: “Processos de alteração semântica distanciam as Preps de seus sentidos de base, via alteração de esquemas imagéticos, levando-as a desempenhar outros papéis” (CASTILHO, 2009, p. 293).

Ainda segundo Castilho (2009), o sentido de base espaço/tempo se organiza em conformidade com as seguintes categorias: posição no espaço/tempo; disposição no espaço/tempo e distância no espaço/tempo. As duas categorias cognitivas nas quais se enquadra a preposição “sem” – disposição e proximidade no espaço/tempo – subdividem-se nos eixos: *continente/conteúdo*, no primeiro caso, e *longe/perto*, no segundo; cada eixo, por sua vez, se subdivide em papéis: *dentro/fora* e *proximal/distal*.

Em relação ao eixo proximal/distal, Ilari *et al.* (2008, p. 667) já argumentam que as noções que representam essa categoria são expressas normalmente por advérbios, mas quando uma determinada noção é expressa por preposições “acarreta noções de co-presença para o traço PROXIMAL, e de ausência para o traço DISTAL”. Para os autores, por ser difícil imaginar, a princípio, o esquema imagético espacial para as preposições “com” e “sem”, é preciso conceber um esquema dessa natureza como “presença simultânea em um mesmo espaço”. No caso específico, o “sem” evoca a noção de ausência em oposição à noção de co-presença, derivando ainda a noção de distância.

Nesse sentido, as noções de ausência, de negação, próprias da preposição “sem” se associam, no plano físico, à noção de distância, expandindo-se ainda mais, de modo a abarcar, no plano conceitual, o valor de distância de ideias, ou seja, conteúdos que não se combinam, que contrastam, daí a noção de adversidade ou *concessão*. O mesmo tipo de associação se dá com as *condicionais* em que a negação da primeira proposição acarreta a negação da segunda, e vice-versa. Quanto às *consecutivas*, têm uma proximidade com as coordenadas adversativas, no sentido de que se nega um possível resultado inferido da oração precedente. Cabe aqui destacar que, embora Ilari *et al.* (2008) destinem uma seção à exploração dos sentidos expressos por diferentes preposições, fazendo a correlação com os esquemas imagéticos, eles não apresentam a diagramação da preposição *sem*, sob o argumento de esta preposição ter um único modelo cognitivo, que é uma forma de ligação (negada). E acrescentam: “representações de ausência são possíveis mas menos intuitivas” (p. 767). Esse talvez seja o motivo da dificuldade de perceber como ocorre a transferência do sentido base de negação/exclusão para o de condição. Logo, a transferência de conceitos de base espacial – ausência e distância – para conceitos mais gerais, como os citados, confirma a direção da mudança rumo à abstração.

Apresentamos, na sequência, três sentenças retiradas do *corpus*, para demonstrar como os matices de concessão (1), condição (2) e consequência (3) se codificam nas orações adverbiais (atente-se para o fato de que, nesse contexto estrutural, concebemos o item gramatical como *conjunção*):

- (1) “Quais são os temas mais comuns da conversa em um jantar desses? Filhos são um tema recorrente. [...] Sempre se fala mal dos Estados Unidos, mas Barack Obama é um deus. Fala-se mal de Israel, **sem conhecer** patavina da história do conflito israelo-palestino. [...]” (VJ, E, 13/07/11)

- (2) “Há clima político para aprovar o projeto ainda neste ano? Há. O governo tem hoje uma das mais amplas maiorias já vistas no Congresso Nacional. [...] Não há como você enfrentar o déficit, por exemplo, **sem ter** uma idade mínima para se aposentar”. (IÉ, E, 02/11/11)
- (3) “Qual é o caminho para os juros baixos até que essa diferença inexista? Estamos falando de um problema com razões históricas que remontam aos tempos de quase hiperinflação e à série de planos heterodoxos implementados para combatê-la. (...) Foi para saber onde cortar **sem produzir** efeitos danosos à economia que se instalou no Palácio do Planalto um conselho de gestão coordenado pelo empresário Jorge Gerdau”. (IÉ, E, 27/07/11)

Em (1), há claramente o contraste de ideias (o desconhecimento do conflito israelo-palestino não invalidou a afirmação inicial - falar mal de Israel). Em (2), a falsidade da primeira informação implica a falsidade da segunda, pois está implícita a informação de que o enfrentamento do *déficit* depende de que se tenha uma idade mínima para se aposentar. Por fim, em (3), afirma-se que foi instalado um conselho de gestão para saber onde cortar, mas de modo a não acarretar efeitos danosos. Logo, a segunda proposição apresenta uma consequência (negada), depreendida da afirmação precedente.

As gramáticas tradicionais, geralmente, norteando-se pela divisão entre coordenativas e subordinativas, distinguem conectores de transpositores; e, guiando-se pelo sentido expresso por esses elementos gramaticais, delimitam uma tipologia semântica, incluindo no primeiro grupo (das coordenativas¹⁰) as categorias aditivas, alternativas, adversativas, explicativas e conclusivas; e no segundo (das subordinativas), as causais, condicionais, concessivas, consecutivas, comparativas, conformativas, temporais, proporcionais e finais. Essa compartimentalização, porém, tem sido questionada, dada a dificuldade de, no uso efetivo da língua, estabelecer limites quanto aos matizes semânticos das conjunções, que não são econômicas em sua feição polissêmica, de forma que uma determinada interpretação não veda a possibilidade de outras. Azeredo (2000), Mira Mateus *et al.* (2003), Neves (2006), Ilari (2008) e Castilho (2010) são alguns dos autores que chamam a atenção para a dificuldade de determinar uma única classificação para as conjunções - prova disso é a proximidade dos conceitos de temporalidade, causa, condição e concessão.

Comprovação de que os valores semânticos das conjunções se superpõem, a ponto de não ser sustentável uma classificação estanque e categórica, pode ser visualizada na forma como Azeredo (2000) e Castilho (2010) agrupam as orações adverbiais. Com base nas afinidades de sentido, o primeiro distribui tais orações em quatro grupos; e o segundo, em três, conforme dispomos a seguir:

¹⁰ Autores como Perini (1996) e Bechara (1999) excluem do conjunto das conjunções coordenativas determinados elementos que, apesar da proximidade semântica com os conectivos propriamente ditos - e, ou e mas -, atuam no nível do texto, como ocorre com os itens: contudo, entretanto, portanto, logo, assim, então, pois, entre outros. Para os autores, trata-se de elementos que, não obstante ligarem sentenças, são percebidos como advérbios.

AZEREDO	CASTILHO
Causalidade: causais, condicionais, finais e consecutivas	Causalidade: causais, condicionais, concessivas, explicativas e conclusivas
Situação: temporais, locativas e proporcionais	Temporalidade: temporais e proporcionais
Comparação: comparativas e conformativas	Finalidade: finais
Contraste: contrastivas e concessivas	

QUADRO 1 - Distribuição das orações adverbiais conforme afinidade de sentido

Fonte: os autores

Do confronto entre as propostas, fica patente que a divergência entre ambas envolve a determinação dos valores que integram as relações de causalidade e contraste. Se, para Azeredo, as noções de finalidade e consequência pertencem à esfera da causalidade, enquanto a de concessão, à de contraste, Castilho, por outro lado, inclui concessão, explicação e conclusão no campo da causalidade, deixando as finais num eixo à parte.

Um paralelo entre a proposta dos autores citados e a visão de Brito (2003) e de Neves (1999) sinalizaria outras conclusões, mas não nos deteremos nesse aspecto, já que o foco desta exposição, conforme indicado na introdução, é a reflexão acerca do matiz de modo, o que faremos na seção a seguir.

Antes, porém, de adentrarmos na explicação sobre o valor modal, consideramos conveniente apresentar, a título de ilustração, um inventário dos tipos de relações semânticas (explícitas ou inferidas) identificados nos textos que compõem o *corpus* sob investigação, para uma melhor compreensão dos usos dos transpositores “sem”/“sem que”, uma vez que os dados sob investigação ratificam sua polissemia. Ressalte-se que dentre as 367 (trezentos e sessenta e sete) ocorrências coletadas nos periódicos, 27 (vinte e sete) correspondem aos casos por nós considerados ambíguos¹¹.

Abaixo, apresentamos uma tabela contendo a distribuição de frequência dos conectores de acordo com cada valor semântico, excetuando-se os casos ambíguos, e, na sequência, ilustramos esses valores, com sentenças que compõem o *corpus*. Ressaltamos que, embora a tradição gramatical registre *condição* e *concessão* como os sentidos prototípicos¹² desses conectores, o primeiro teve menor frequência em comparação aos valores de *consequência* e *modo*.

¹¹ Das 27 (vinte e sete) ocorrências, 22 (vinte e duas) correspondem ao uso de “sem” e 05 (cinco) de “sem que”.

¹² Se podermos tomar a frequência de uso como indicio de gramaticalização, sugerimos que os matizes de *consequência* e *modo* estão se gramaticalizando, o que talvez leve autores como Kury (1991), Bechara (1999), Azeredo (2000), entre outros, a dedicarem espaço para eles. Sabemos, entretanto, da dificuldade que consiste em definir baixa, média ou alta frequência (BYBEE, 2006).

FUNÇÕES	SEM	SEM QUE	TOTAL
Concessão	108	23	131
(negação) de consequência	66	17	83
Modo	66	3	69
Condição	27	2	29
Adição	21	-	21
Causa	3	-	3
Modalização ¹³	3	-	3
Tempo	1	-	1
TOTAL	295	45	340

TABELA 1 - Frequência de uso dos transpositores conforme os matizes semânticos

Fonte: os autores

Dado o propósito de demonstrar os vários sentidos¹⁴ expressos pelo item em estudo, relacionamos, abaixo, exemplos de cada uma das categorias, excetuando-se os valores de concessão, condição e consequência, já ilustrados.

- (4) A que se deve, em primeiro lugar, isso que o senhor qualifica como um empobrecimento musical? A questão começa na transição para o meio digital do que foi efetivamente gravado no estúdio. (...) O resultado é que os músicos se acostumaram com essa baixa resolução e, talvez **sem se dar conta**, adaptaram sua produção. (VJ, 26/10/11); (**Causa**)
- (5) “[...] Infelizmente, Chris se foi poucos dias depois, mas não **sem** antes **tornar** seu sonho real. Seus últimos dias foram de alegria, força e esperança. [...]” (VJ, E, 03/11/10) (não (foi) enquanto seu sonho não se tornasse real) (**Tempo**)
- (6) “Lucília - Se eu não me gostava, como poderia querer que alguém me desejasse? Aliás, não me sentia desejada nem como mulher nem como ser humano. Falo isso **sem querer generalizar**. Estou dizendo como me sentia, não querendo dizer que toda gorda se sente assim. [...]” (IÉ, E, 15/06/11); (**Modalização**¹⁵)
- (7) “[...] Obras essenciais não andam e muitos projetos da Copa ainda parecem ser apenas projetos. **Sem falar** nos impactos políticos. [...]” (IÉ, A, 28/12/11); (**Adição**)
- (8) “[...] Quer dizer: não é possível avaliar a escola de alunos pobres e ricos da mesma maneira. Não se pode esperar que pobres aprendam o mesmo que ricos, por causa da influência do meio sobre o aprendizado. De forma que colocar uma placa com o aprendizado em uma escola **sem atentar** para o contexto social em que ela está inserida seria dar uma falsa impressão na verdadeira qualidade daquela escola e do esforço de seus profissionais. [...]” (VJ, A, 13/07/11) (**Modo/Condição/Concessão**- usos ambíguos)

¹³ A categoria *Modalização* se mostra dissonante nessa distribuição, no entanto, optamos pela sua inclusão, considerando que esse valor parece sobressalente em relação a outras possibilidades interpretativas, como a de ressalva, por exemplo.

¹⁴ Rotulamos de *adição* os casos em que ocorre a expressão cristalizada (sem falar; sem contar).

¹⁵ Ressalte-se que é possível atribuir o valor de concessão à oração em destaque; porém, entendemos que a *modalização* sobressai, pois a estrutura funciona como um parêntese, cuja função é de atenuar uma informação apresentada anteriormente, ou de corrigir uma avaliação; tanto que, se retirada, a oração seguinte preenche a função de esclarecimento.

- (9) “A morte da jornalista Marcela Coutinho é notícia velha. Velha de três semanas. Na noite de 28 de novembro, uma segunda-feira, ela foi covardemente asfixiada. Deixou a vida **sem dar** o último suspiro. Puseram-lhe um travesseiro na cara”. (ÉP, A, 19/12/11) (**Modo**)

Ilari e Castilho acreditam que a preservação do sentido de origem da preposição “sem” pode ter concorrido para a sua inclusão no rol das preposições medianamente gramaticalizadas. Ou seja, a manutenção do valor de negação ou exclusão – que reflete o princípio da persistência (HOPPER, 1991) – poderia ser a princípio um impedimento à ampliação do significado; mas, na realidade, eles apresentam outras razões de essa preposição ser menos gramaticalizada: “não pode ser amalgamada a outros itens lexicais, [...] não tem frequência representativa, não é formadora de locuções prepositivas e não introduz complementos. (ILARI *et al.*, 2008, p. 768).

Sabemos que novos valores podem ser agregados às preposições e que os sentidos básicos convivem com sentidos derivados. Os dados coletados no *corpus* revelaram um novo matiz semântico, o de adição, que, por sua vez, acarretou mudança estrutural, pois a estrutura resultante apresentando-se, muitas vezes, como um parêntese (informação complementar), não funciona propriamente como estrutura de realce, função típica das adverbiais, mas como estrutura de expansão. Logo, é notória a transferência de significado decorrente de pressões contextuais, o que conduz a novas inferências, comprovando que o conector vai incorporando novas subfunções e perdendo especificidade. Como o uso inovador, com o passar do tempo, torna-se fixo, diz-se que se gramaticalizou e novos usos podem dele ser derivados, fazendo o sistema linguístico se renovar.

Esse panorama de recortes dos usos dos itens em tela dá uma amostra substancial de sua capacidade polissêmica. No entanto, o que nos guiará a atenção a partir desse ponto será sua presença e atuação como introdutor de orações hipotáticas adverbiais de modo, taxonomia aqui defendida.

2. A Relação semântica de modo

Antes de discorrer sobre o tratamento da relação semântica de modo nas gramáticas, cabe-nos retomar as lacunas anunciadas na introdução quanto à abordagem do tema: i) o não acolhimento desse tipo de circunstância, em grande parte dos compêndios gramaticais, no rol das orações adverbiais; ii) o entendimento do valor de modo como um domínio amplo que integra os matizes de conformidade, comparação ou concessão; e iii) a aceitação do matiz semântico de modo apenas quando expresso por orações adverbiais reduzidas de gerúndio.

Para comprovar as restrições quanto à caracterização/delimitação desse tipo de circunstância, consideremos a Gramática da Língua Portuguesa, de Vilela; Koch (2001), cujos tópicos temáticos são distribuídos em três segmentos: gramática da palavra, da frase e do texto. Ao abordarem as “determinações adverbiais”, equivalentes a advérbios, na seção relativa à gramática da frase, os autores mencionam os adverbiais modais, definindo-os como elementos que caracterizam, explicam e

especificam o estado de coisas representado no enunciado, “do ponto de vista do falante ou do escrevente” (p. 381).

Nesse contexto, eles distinguem a caracterização da “qualidade de um acontecer”, que é marcada pelos advérbios em “-mente” ou equivalentes, a exemplo de “Ele aprende facilmente/com facilidade” (grifo dos autores, p. 382); da quantidade e intensidade; da indicação de matéria, do meio/instrumento, entre outras noções. Em seguida, referem-se a diferentes tipos de determinações adverbiais como comparação, proporção, companhia, restrição; e indicam sua forma de apresentação – por meio de grupos de palavras ou frase subordinada. Antes, porém de tratar das determinações causais, que, em sentido “amplo”, nos termos de Vilela; Koch (2001), contemplam as determinações finais, condicionais e concessivas, os referidos autores recorrem a um tipo de determinação rotulada de “indicação de outras circunstâncias mais ou menos delimitáveis”. Essas circunstâncias podem ser expressas seja por frase subordinada seja por grupo infinitivo, como ilustram as duas sentenças citadas pelos autores: a) “Ele foi-se embora sem que apresentasse cumprimentos de despedida a ninguém”; e b) “Ele foi-se embora sem se despedir de ninguém”.¹⁶ (VILELA; KOCH, 2001, p. 383).

Por outro lado, no segundo segmento, “gramática do texto”, quando tratam das relações lógico-semânticas, os autores definem a relação de modo como aquela em que uma das orações indica o modo como se realiza a ação ou evento expresso na outra. E exemplificam: “Sem levantar a cabeça, a criança ouvia as reprimendas da mãe.” (VILELA; KOCH, 2001, p. 503).

Geralmente, autores que se referem às orações modais apontam como sinalizadores dessa noção os conectivos “como, como se, sem que” e referem-se à estratégia da pergunta. Bechara (1999) destaca as perguntas “como? De que maneira?”. Já Vilela; Koch (2001) apresentam alguns mecanismos responsáveis pelo reconhecimento da relação modal: 1. perguntas, por meio do advérbio interrogativo “como” ou da locução “de que modo/forma”, cuja resposta pode igualmente ser preenchida por advérbio de modo terminado em “-mente” ou estruturas similares, formadas de “preposição + substantivo ou adjetivo”; 2. a substituição do conector em uso por outro de valor equivalente; e 3. a paráfrase com estruturas de gerúndio (VILELA; KOCH, 2001, p. 246; 287). Observemos, na sequência, o posicionamento de Luft (1989), Kury (1991) e Bechara (1999), autores que de alguma forma reconhecem a existência de orações adverbiais modais.

Luft (1989) critica a não incorporação das adverbiais modais nas gramáticas, porque, segundo ele, uma oração adverbial modal nada mais é que um adjunto adverbial com predicado. Especificamente em relação ao “como”, discorda de sua classificação enquanto conformativa, já que não significa o mesmo que “conforme”. Para o autor, “derivam de orações adjetivas a que se suprime o antecedente [Trabalha da maneira [como lhe apraz]] – [Trabalha como lhe apraz] (LUFT, 1989, p.63). Kury (1991) também reclama um lugar para as orações modais, pois, se, por um lado, alguns casos podem ser incluídos nas concessivas, por outro lado, há exemplos que não admitem outra leitura a não ser a de modo. Eis a posição deste autor: “não é possível, com toda boa vontade, deixar de

¹⁶ Esses exemplos, na visão de outros autores, poderiam ilustrar a determinação concessiva, caso se infira que a oração subordinada expressa uma condição não atendida (apresentar cumprimentos de despedida/não se despedir), a ponto de não impedir a realização do fato expresso na oração matriz.

reconhecer o valor modal a orações desenvolvidas com a locução ‘sem que’, ou as suas equivalentes reduzidas com a preposição ‘sem’” como demonstram os exemplos: a) “Em casa estudo à vontade, [sem que ninguém me perturbe]”; e b) “Retirou-se à francesa, isto é, [sem se despedir de ninguém].” (KURY, 1991, 101)

Bechara (1999, p. 442), tratando dos “adjuntos adverbiais modais”, esclarece que tais adjuntos “se reportam ao verbo ou ao sintagma verbal da oração, para qualificar ou descrever como o processo verbal se realiza”, e apresenta o exemplo “Os ladrões fugiram sem que fossem percebidos”. Particularmente, na seção intitulada “análise do ‘sem que’”, o autor destaca que essa locução se enquadra no grupo das conjunções condicionais, mas elenca outros sentidos contextuais, dentre os quais o de modo, e faz a seguinte observação: “denota simplesmente que tal ou qual circunstância não se deu, aproximando-se da ideia de modo”; acrescenta, ainda, que em lugar da locução pode ser usado “sem + infinitivo”, como revela o exemplo “Saiu sem ser percebido” (BECHARA, 1999, p. 506). Ressalte-se que a presença do operador discursivo “isto é”, no exemplo citado por Kury (1991), reforça a interpretação de que se está oferecendo uma explicação em referência a um acontecimento, confirmando a afirmação de Bechara (1999) sobre a não ocorrência de uma circunstância.

Face ao exposto, o que justificaria o não reconhecimento desse tipo de circunstância quando materializada sob a forma desenvolvida ou reduzida de infinitivo, já que se admite a forma reduzida de gerúndio¹⁷? Uma possível razão da resistência em admitir esse matiz semântico pode ser o fato de um só conector denotar múltiplos valores. Assim, o conector “como”, além de expressar causa, apresenta valores que muito se aproximam, a exemplo de comparação, conformidade e também modo. De fato, o “sem que”, ao mesmo tempo em que admite os valores de condição e concessão, pode expressar causa/explicação, consequência/conclusão e modo.

Uma vez que já fora proposto um *continuum* de relação assim referido: *lato sensu* condicional/*lato sensu* causal (HALLIDAY, 1985), por que não acrescentar ao percurso condição-causa/causa-condição, um terceiro componente - modo, resultando em modo/causa/condição? Ou considerar a noção de modo como pertencente a um domínio funcional com o qual as noções de concessão e condição manteriam um vínculo? Uma evidência desse amálgama de sentidos pode ser confirmada ao contrapormos as ocorrências abaixo ilustradas, expostas em Bechara (1999):

- a) “Retirou-se sem que chamasse seus colegas”.
- b) “Saiu sem ser percebido”.
- c) “Não sairá sem apresentar os exercícios”.

O autor confere a (a) e (b) o valor modal, e a (c), o condicional. O que chama a atenção do confronto entre os exemplos (b) e (c) é que ambos apresentam o mesmo verbo (sair), diferenciando-se apenas na marcação do tempo verbal; logo, o que parece favorecer a leitura condicional de (c) é o

¹⁷ Kury (1991, p. 102) reporta-se a Said Ali, que, na Gramática Secundária da Língua Portuguesa (1927) já asseverava: “Com o gerúndio absoluto constituem-se orações implícitas [= reduzidas] de várias espécies [...] Muitas vezes o gerúndio denota o Modo, meio ou instrumento.”

fato de o verbo estar flexionado no futuro, além da forma negativa da oração principal, daí a interpretação “Não sairá se não apresentar os exercícios”. Consideremos uma outra sentença:

d) “Saiu sem apresentar (ou sem ter apresentado) o trabalho.”

Em (d), a troca do verbo na forma não-finita pelo sintagma verbal apresentado sob a forma composta serve de pista para a apreensão do valor de concessão, na medida em que conduz à interpretação de que a apresentação do trabalho seria uma condição para a saída de alguém. Ou seja, ocorreu a negação de uma condição, daí a equivalência com a sentença “Saiu embora não tivesse apresentado o trabalho”. Isso confirma, como também defendemos, que a especificação do sentido não está exclusivamente sob a tutela do conectivo, pois, aliado a este, o tempo verbal parece ter influência para a compreensão do propósito comunicativo.

Silva (2007)¹⁸, em sua dissertação de mestrado, após discorrer sobre a aproximação entre as orações modais e outros tipos de orações, propõe três critérios que seriam definidores das adverbiais modais:

- I. Comparação de orações modais com orações fronteiriças: na busca de apreender traços distintivos, analisa-se a possibilidade de alternância da locução “sem que” por (Se não) ou por (Embora não). As orações marcadas positivamente quanto a esses traços são classificadas como tendo valor condicional e concessivo, respectivamente. Feito esse confronto, chega-se a indicação dos traços [- Se não] e [- restrição abandonada]¹⁹, para caracterizar a oração modal. Ou seja, a identificação da oração modal se faz por eliminação, uma vez que, não sendo condicional nem concessiva, ela é modal.
- II. Contraposição de orações supostamente modais (sob a estrutura reduzida de gerúndio) com a estrutura coordenada²⁰, com o auxílio do conector “e”: objetivando elucidar a distinção entre uma modal e uma coordenada, Silva (2007) aplica o teste da alternância dos dois modelos oracionais, para apreender uma propriedade da oração adverbial modal. A escolha da estrutura gerundial ocorre porque, conforme assinala o autor, “O principal aspecto responsável pela semelhança entre as modais e as coordenadas é o tempo verbal, mais precisamente, o gerúndio”. (SILVA, 2007, p. 24)

¹⁸ Silva (2007) investiga as diferentes formas de manifestação da expressão de modo, observando a relação entre estrutura oracional e o tipo de conector selecionado (como, sem que, conforme, entre outros), de modo a identificar o recurso mais recorrente em textos de gêneros diversos.

¹⁹ Não se faz necessário demonstrarmos esse teste porque, quando da categorização das sentenças que compõem o *corpus* da pesquisa, a identificação/confirmação dos valores de condição e concessão se realizou exatamente através da permuta com as formas – “se não” ou “embora não”.

²⁰ Essa estratégia é apresentada em Kury (1991, p. 66), quando do tratamento das orações coordenadas (aditivas), momento em que o autor reporta-se a Said Ali para explicar que uma oração coordenada pode se apresentar sob diferentes formas: sindéticas, assindéticas, com correlação, reduzida de gerúndio e de infinitivo.

- III. Observação do tipo semântico do verbo presente nas orações²¹ principal e subordinada: esse critério consiste na verificação do sentido expresso pelo verbo (excetuando-se os verbos relacionais).

Vislumbrando a consistência e aplicabilidade desses critérios, tratamos os dados do *corpus*, mas ampliamos o refinamento da abordagem, chegando, por isso, a resultados relativamente distintos dos do autor, o que, para nós, se impõe como uma contribuição deste estudo para a temática. É o que evidenciamos a seguir.

3. Ampliando a discussão a partir dos dados

Cotejando nossos dados a partir da aplicação do Critério I (SILVA, 2007), a identificação dos matizes condicional e concessivo depende da marca que tem equivalência com a locução “sem que”. Salientamos que se este é um critério útil para a identificação desses dois valores – uma marca correspondendo a cada um deles – porém, dois aspectos questionáveis põem em dúvida sua validade: que marca identificaria a noção de modo e como explicar os casos que autorizam duas possíveis interpretações? Logo, uma alternativa seria admitir a substituição da oração supostamente modal pelo item anafórico “**assim**”, ou pela estrutura “**dessa forma**”, ou ainda por um advérbio; porém, a próforma “**assim**” parece encapsular diferentes sentidos.

Consideremos como ilustração desse tipo de uso, a ocorrência (10) abaixo, seguida das possíveis paráfrases: (10a), com interpretação *modal* e (10b) com interpretação concessiva:

- (10) “[...] Mas a questão, no fundo, não é que a Fiesp tenha conseguido montar uma diretoria com mais de 100 cidadãos **sem colocar** entre eles nenhuma mulher. É que as mulheres não reclamaram; provavelmente nem perceberam. [...]”. (VJ, A, 25/05/11)
- (10a) “[...] Mas a questão, no fundo, não é a Fiesp ter conseguido montar uma diretoria com mais de 100 cidadãos (**assim/dessa forma**), isto é, excluindo as mulheres de cargos de direção. É que as mulheres não reclamaram [...]”.
- (10b) “[...] Mas a questão, no fundo, não é a Fiesp ter conseguido montar uma diretoria com mais de 100 cidadãos, (**assim**), apesar de não colocar/embora não colocasse as mulheres de cargos de direção. É que as mulheres não reclamaram [...]”.

Casos como os exemplificados em (10) ratificam o que foi sinalizado quando da apresentação da tabela, sobre a possibilidade de dupla interpretação dos itens; nesse caso, provavelmente o contexto

²¹ Embora o autor mencione o interesse em investigar qual a relação existente entre os verbos das orações principal e subordinada, ele só apresenta a tipologia semântica dos verbos presentes na oração modal.

mais amplo do texto em sua totalidade possa orientar qual a leitura mais apropriada. Uma outra prova de que a oração hipotática pode ser classificada como modal é que ela também responde positivamente ao teste da permuta com a estrutura paratática, de que se depreende o traço [+ simultâneo], indício de oração modal – o que significa dizer, em (10b), que durante o processo de composição da diretoria, não houve convocação das mulheres para se integrarem ao grupo.

De acordo com o proposto no critério II, acima relatado, se a situação retratada na oração reduzida de gerúndio ocorrer simultaneamente ao fato descrito na matriz, a oração se caracteriza como modal, “já que a modal indica o modo como um acontecimento se deu e, por isso, representa uma situação simultânea à apresentada na oração principal.” (SILVA, 2007, p. 27), como demonstra a sentença²² abaixo, cuja paráfrase confirma o traço [+ simultâneo]:

- (11) “A mocidade ama a vigília, aborrecendo o sono”.
 (11a) A mocidade ama a vigília, [e aborrece o sono].

Por outro lado, se a simultaneidade não se revela, ou seja, se há sequenciação de acontecimento, de modo que um fato ocorre, necessariamente, após o outro, está-se diante de oração coordenada, marcada [- simultâneo]:

- (12) “Recebeu a joia, entregando-a depois à esposa”.
 (12a) Recebeu a joia [e entregou depois à esposa].

Embora a testagem realizada pelo autor envolva apenas a estrutura gerundial, acreditamos ser possível aplicar este critério²³ às sentenças sob a forma infinitiva, pois o que está sob avaliação é a propriedade de ser ou não simultâneo. Na sequência, apresentamos algumas ocorrências coletadas no corpus da pesquisa, cuja testagem dos traços [+ simultâneo] e [- simultâneo] resultou na classificação de adverbial modal:

- (13) “[...] Por que, durante tanto tempo, o amor paterno por seu filho, o cantor Enrique Iglesias, não foi tão expressado? Pelo contrário, você passou muito tempo **sem ter contato** com ele”. Fabio Adriano Ribeiro (ÉP, E, 17/10/11)
 (13a) “[...] Pelo contrário, você passou muito tempo [e não tinha contato com ele]”
 (14) “[...] Rosany caiu **sem respirar** direito [...]” (ÉP, A, 17/10/11);
 (14a) “[...] Rosany caiu [e não respirava direito [...]]”

²² O exemplo sob a forma reduzida de gerúndio é citado por Said Ali (apud KURY, 1991, p. 67), na seção destinada ao estudo da coordenação, momento em que o autor comenta que “[...] o gerúndio, denotando fato imediato, equivalerá a uma coordenada iniciada pela conjunção e.”

²³ Em algumas ocasiões, acreditamos não ser problemático fazer uma adaptação que consiste em utilizar o “mas” em vez do “e”, em virtude de as estruturas em estudo envolverem a negação.

- (15) “[...] Dilma terá de montar uma estrutura dupla de coordenação de governo, uma gerencial e outra para lidar com a base governista. O melhor caminho seria ter um ministro para cada uma das tarefas e conseguir escolher pessoas que joguem entrosadas, **sem disputar** quem manda mais. [...]” (ÉP, A, 15/11/2010)
- (15a) “[...] O melhor caminho seria ter um ministro para cada uma das tarefas conseguir escolher pessoas que joguem entrosadas [**e não** disputem quem manda [...]].”
- (16) “Elisabete Miranda, uma brasileira do interior de São Paulo que chegou aos Estados Unidos **sem falar** uma palavra de inglês, aprendeu rápido e viu a chance. [...]” (IÉ, A, 30/11/2011);
- (16a) “[...] uma brasileira do interior de São Paulo que chegou aos Estados Unidos [**e/mas não falava** uma palavra de inglês, aprendeu rápido e viu a chance [...]].” (IÉ, A, 30/11/2011)

Nos pares de sentenças acima, reconhecemos o valor modal da oração adverbial, pois o teste revela que não há encadeamento de fatos, de modo que um fato seja descrito em uma oração assindética e outro na sindética. Ou seja, as orações são marcadas pelo traço [+ simultâneo]²⁴. Além disso, há, na verdade, a descrição/qualificação de um fato/situação mencionado(a) na oração principal ou a indicação de uma circunstância. Assim, “não ter contato com o filho”, em (13), indica uma circunstância que transcorreu, segundo o entrevistador, por um longo intervalo de tempo, ideia sinalizada no verbo “passar”, podendo ser parafraseada por “durante um longo tempo,...”, corroborando a noção de simultaneidade; “não respirar”, em (14), indica uma circunstância momentânea, decorrente de um fato pontual, revelado pelo verbo “cair”; em (15), mencionam-se características/circunstâncias que se julgam não poderem estar ausentes quando da ocorrência da ação (jogar), mencionada na oração matriz. E, em (16), “não falar” indica uma propriedade/qualificação ausente, no momento que uma cidadã brasileira se depara em um país que não é o seu de origem, como denuncia a flexão modo/temporal em “chegou” e “falava”.

No que tange ao Critério III do estudo realizado por Silva (2007), a atenção se volta para o verbo presente na oração adverbial, sendo adotada a classificação semântica proposta por Halliday (1994, apud SCHEIBMAN, 2001, p. 66), que contempla sete categorias às quais se somam outras duas, indicadas por Dixon (1991, apud SCHEIBMAN, 2001, p. 67). O quadro abaixo, adaptado de Silva (2007, p.120), apresenta as categorias e sua descrição.

²⁴ Considerando que as transferências de sentido têm como ponto de partida a noção espacial, que se expande para o campo das ideias, a negação de copresença é o que explica a impossibilidade de haver sequencialidade; logo, a negação da simultaneidade.

CARACTERIZAÇÃO	ILUSTRAÇÃO
Material: verbos de ação	<i>Fazer, ir, proceder</i>
Existencial: referem-se ao fato de algo existir, estar presente, acontecer	<i>Acontecer, estar, haver</i>
Cognitivo: referem-se ao ato de pensar, raciocinar	<i>Presumir, saber, entender, pensar</i>
Corpóreo: referem-se a ações que ocorrem relacionadas ao corpo	<i>Repousar, fumar</i>
Sensitivo: referem-se a sentimentos e sensações	<i>Prezar, sofrer, querer, sentir</i>
Perceptivo: referem-se à percepção, observação	<i>Verificar, ver</i>
Relacional: verbos de ligação da GT	<i>Ser, tornar-se</i>
Possessivo relacional: referem-se à ideia de posse, da capacidade de obter algo	<i>Ter, conter, conseguir</i>
Verbal: referem-se ao ato de dizer, falar	<i>Dizer, sublinhar</i>

QUADRO 2 - Categorização semântica dos verbos do *corpus*

Fonte: os autores

Convém esclarecer que para categorizar as relações lógico-semânticas resultantes da combinação das orações adverbiais introduzidas pelo “sem”/“sem que”, guiamo-nos pelo tipo de conector a partir do qual se pudessem fazer alternâncias, além das pistas do entorno textual. Se a identificação das condicionais e concessivas é facilitada pela substituição do conector pelas marcas “se não”/“embora não”, por outro lado há uma resistência à incorporação do valor modal ao grupo das adverbiais, razão de buscarmos outras propriedades que validem a sua identidade, daí a recorrência ao parâmetro da tipologia semântica de verbo quando da análise da determinação modal.

Essa opção também foi motivada por percebermos a repetição dos verbos “entrar” e “chegar”, que, embora classificados na tradição como intransitivos, partilham o traço “exigência de complemento”, ainda que de natureza não-argumental. Logo, partimos do princípio de que a natureza semântica do verbo poderia influenciar a noção expressa pelo adjunto. Mas, diferentemente de Silva (2007), atentamos para o verbo presente na oração matriz, na tentativa de identificar um vínculo entre a definição oferecida em relação ao valor modal e os usos, já que entendemos por “modo” a indicação da maneira como se realiza a ação ou evento descrito na oração matriz.

Na tabela que segue, discriminamos e quantificamos os verbos presentes nas orações matrizes, identificados no *corpus* relativamente às estruturas oracionais de que fazem parte as adverbiais por nós classificadas como modais, considerando a leitura contextual depreendida em cada situação de uso:

CLASSIFICAÇÃO	VERBOS	TOTAL DE OCORRÊNCIAS
Existencial	ter (1); viver (1); viver – localização (1)	3
	Aparecimento/desaparecimento em cena: morrer (1); chegar (3); sair (3); entrar (3); deixar (1); cair (1); crescer (4); completar (1); viver (1); melhorar (1)	19
Material	multar (1); legislar (2) fazer (2); jogar (1); disparar (1); cumprir (1); votar (2); governar: (1); trabalhar (2); revelar (1); avaliar (1)	15
	Verbo de movimento: caminhar (1); transitar (1); ir (1); seguir (2)	5
Relacional	passar ²⁵	11
Verbal (de comunicação)	transmitir (1); responder (1); revelar (1); compartilhar (1); falar (1); dizer (1)	6
Cognitivo	percorrer = compreender (1); equivocar (1); pensar (1); questionar (1)	4
Corpóreo	tocar (1); andar (1); brigar (1); chorar (1)	4

TABELA 2 - Tipologia semântica dos verbos no *corpus* investigado

Fonte: os autores

Considerando a circunstância de modo, nos termos de Kury (1991, p. 100), como a que “exprime a maneira, o meio pelo qual se realiza o fato enunciado na oração principal”; ou ainda, retomando Vilela; Koch (2001), como a caracterização/especificação da qualidade de um acontecer, ou o modo como se realiza uma ação ou evento descrito, é possível deduzir que há uma sintonia entre esse conceito e os verbos presentes nas orações classificadas como modais.

Seguem ocorrências representativas de orações modais, nas quais chamamos atenção para os verbos nas orações matrizes, conforme as categorias verbais descritas na tabela (2):

- Existencial

(17) [...] Aí a gente se arrepende das besteiras, das bobagens, não daquelas naturais, normais – porque não somos perfeitos, que os deuses nos livrem das pessoas exemplares –, mas da grande bobagem de ter vivido **sem perceber, sem curtir**. (VJ, A, 23/11/11)

(18) “Na educação, cansei de falar. Cada dia uma nova notícia: não se reprova mais ninguém antes de tal série, os alunos entram na universidade **sem saber** escrever, coordenar pensamento, ler e entender. Não todos. Não sempre, mas cada vez com mais frequência.” (VJ, A, 02/03/11)

²⁵ Classificamos o verbo “passar” como relacional por associação com o verbo “ficar”, já que, nos contextos de uso, sugere a interpretação de estado de permanência.

- Material

(19) “[...] Estamos perdendo a “guerra mundial por empregos” em incrível episódio de “fogo amigo”, quando disparamos **sem cessar** contra nossa própria base produtiva”. (ÉP, A, 15/11/2010)

(20) “**Época** – É possível governar sem loteamento de cargos e **sem aceitar** práticas como o escândalo do mensalão” (ÉP, E, 11/04/11)

- Relacional

(21) “[...] Passei muitos anos **sem ter** contato com meu pai, só fui conhecê-lo quando eu tinha 25 anos, já estava na TV.” (VJ, E, 18/08/10)

- Verbal (comunicação)

(22) “[...] Nas escolas ruins, os diretores normalmente não sabiam quantos alunos estudavam lá. Diziam coisas como “uns 700”, “na faixa de 350”. Nas escolas boas, o diretor sabia o número exato e respondia **sem titubear**. [...] (VJ, A, 08/06/11)

- Cognitivo

(23) “O que vimos nos 12 minutos de *Jornal Nacional*? Uma mãe dos pobres que aprendeu a mentir, ignorar fatos históricos e até a se equivocar com desenvoltura **sem gaguejar**”. (VJ, A, 16/08/2010)

- Corpóreo

(24) “**Atkinson** – Desde criança, sempre gostei de carros. (...) Sinto a necessidade de andar à beira do precipício de vez em quando. De preferência, **sem despencar dele**, claro (risos)” (IÉ, E, 09/11/2011).

Devemos destacar que os verbos agrupados na categoria existencial são classificados nas gramáticas como intransitivos (inacusativos/ergativos), alguns deles também rotulados de transitivos adverbiais, comprovando que a informação expressa no adjunto adverbial modal funciona como complementação do sentido. Isso justifica a caracterização dos advérbios de modo como “quase argumentais”, na terminologia de Castilho (2010). O autor se refere a advérbios terminados em “-mente” que têm um adjetivo correlato, podendo-se aplicar o teste da permuta do advérbio por um sintagma preposicional (inteiramente/de modo inteiro; calmamente/de modo calmo; etc.). Acrescente-se que no “interior do sistema semântico, eles qualificam semanticamente seu escopo” (CASTILHO, 2010, p. 546)

Se a presença de conectores opositivos e de advérbios de negação pressionaram os matizes concessivo e consecutivo, o tipo semântico do verbo parece ser um aliado para a determinação do valor modal. Conforme a análise realizada, predominam nas orações modais os verbos classificados

como existencial (22), material (20) e relacional (11); os tipos verbal cognitivo e corpóreo somam (14); já nas orações condicionais, sobressaem os tipos: existencial (9), seguindo-se material e verbal (7); cognitivo (6) e sensitivo (5); havendo apenas 01 ocorrência do verbo relacional. A sobreposição de matizes semânticos, incluindo o valor modal, conforme revelaram os dados em investigação, é indício de maior generalização ou abstração, revelando a existência de um contínuo significativo, inerente a sua gramaticalização.

Nos dados analisados, foi feita a classificação semântica dos verbos das orações condicionais (um universo de 28 orações) com o objetivo de confirmar possível divergência de comportamento entre eles e os demais. Considerando que os casos ambíguos envolvem normalmente concessão/modo, não analisamos os verbos das orações concessivas, pressupondo que haveria coincidência, a ponto de o tipo de verbo não ser determinante para a distinção desses dois matizes.

Destacamos, por fim, que embora a proposta de Halliday inclua os verbos relacionais (os de ligação da GT), para evitar confusão entre os critérios sintático e semântico, preferimos desconsiderar, na classificação das adverbiais, a estrutura “sem + v. relacional + predicativo”, de que faziam parte ora o verbo “ficar” ora o verbo “ser”; mas as 17 ocorrências rotuladas de função predicativa expressam, sim, a noção de modo. Por outro lado, tais estruturas poderiam fazer parte de uma mesma categoria.

4. Conclusões

Nesta exposição, demonstramos que “estabelecer nexos oracionais” é um traço comum às classes das conjunções e das preposições, confirmando a possibilidade de diferentes marcas gramaticais, materializando o princípio de “estratificação”, assumirem uma só função; e que, na esfera semântica, embora a alta frequência do matiz concessivo confirme a classificação proposta pela tradição gramatical, o valor modal se revelou produtivo no *corpus* investigado, justificando a sua abordagem tanto quanto os demais valores.

Nosso ponto de chegada, nessa reflexão, nos remete ao ponto de partida, ao considerarmos a gramaticalização do “sem” e do “sem que” como conectores oracionais, portanto, exercendo um papel que extrapola aquele tradicionalmente considerado típico da preposição. Essa perspectiva nos encaminhou para a análise das orações adverbiais introduzidas por esses itens, seja refletindo sobre posições de estudiosos que consideram incidentalmente essa condição, seja aplicando estratégias formuladas pela teoria linguística que busca ratificar a existência das orações adverbiais de modo.

A análise nos conduziu por contextos nos quais o valor modal se sobrepõe aos condicionais e concessivos, sendo esses dois dos valores semânticos que maior grau de ambiguidade podem trazer para a interpretação das intenções do falante. Consideramos, nesse cenário, o propósito da escolha que mobiliza o falante a sinalizar linguisticamente a maneira como uma determinada situação se desenvolve, isto é, codificando a expressão de modo. Acreditamos que, dadas algumas restrições

quanto aos critérios responsáveis pela identificação do matiz modal, faz-se necessário considerar o conjunto dos critérios para confirmação desse valor; e que diante da insuficiência de um deles, o analista deve atentar para o contexto discursivo, que certamente irá orientar a definição dos casos nos quais se verifica maior congestionamento de sentidos.

A observação do comportamento dos itens “sem” e “sem que” permitiu constatar, ainda, que a ampliação funcional ocorrida com o “sem” obedeceu à trajetória de gramaticalização manifestada, na esfera semântica, na migração do sentido concreto (espacial) para o abstrato. Salientamos, também, que o estudo da hipotaxe adverbial não deve se limitar à mera classificação dos processos de combinação tendo por base a dicotomia coordenação/subordinação, para evitar que a atribuição dos matices semânticos fique restrita à correspondência com os valores das conjunções, estes já fixados pela prescrição gramatical. Essa prática estaria fadada a inconsistência, pois, na dinâmica do uso, os conectores vão naturalmente incorporando novos sentidos.

Além de observar um virtual valor semântico inerente ao conector, é necessário perceber como o co-texto se estrutura em sua volta. Deve-se, portanto, atentar para a diversidade de recursos disponíveis no texto: seleção lexical, tempo verbal, ordem de disposição das sentenças, todos eles também responsáveis por orientar a interpretação textual.

Do exposto, parece-nos relevante insistir na defesa da existência de orações adverbiais modais, reforçando a apreensão da especificidade que esse rótulo viria a revestir, pautados na densidade das observações acerca do comportamento de dados como os aqui investigados. Assim, estaríamos ajudando a preencher uma lacuna nos estudos sobre a hipotaxe adverbial de modo, cuja apropriação pela tradição gramatical parece titubear entre assumir essa percepção ou dela fugir construindo generalizações insustentáveis se/quando confrontadas com a realidade dos usos.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BYBEE, Joan. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, Washington, n. 82(4), 2006, p. 529-551.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999/2003.

BRAGA, Maria Luiza. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. In: *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.5, n.9, p.23-34, 2º semestre, 2001

BRITO, Ana Maria. Subordinação adverbial. In: MIRA MATEUS, Maria H. M. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 5. edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003.

CARVALHO, Orlene L. S. *Lexicografia bilingue português-alemão: teoria e aplicação à categoria das preposições*. Brasília: Thesaurus, 2001.

- CASTILHO, Ataliba T. Para uma análise multissistêmica das preposições. In CASTILHO, A. T.: *História do português paulista*. Campinas: Unicamp/Publicações IEL, 2009.
- CASTILHO, Ataliba T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. New York/San Francisco/London: Academic Press, 1971/1979.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- HALLIDAY, Michael. *An introduction do functional grammar*. 2 ed. London: Edwards Arnold Publishers Ltd., 1985.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. p. 17-35.
- HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ILARI, Rodolfo. As conjunções. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena Moura (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. VOL. 2, Campinas: Unicamp, 2008, p. 809-860.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John e THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1988.
- LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. *Veredas – Rev. Est. Ling., Juiz de Fora*, v.8, n.1 e n.2, p. 215-232, jan/dez 2004.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 1989.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra. The structure of discourse and “subordination”. In: HAIMAN, John.; THOMPSON, S. (Eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988. p. 275-392.
- MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- NEVES, Maria Helena Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M. H. M. As construções concessivas. In NEVES, M. H. M. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Unicamp, 1999
- NEVES, Maria Helena Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- NEVES, Maria Helena Moura. *A Gramática. História, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- NEVES, Maria Helena Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

SCHEIBMAN, Joanne. Local patterns of subjectivity in person and verb type in American English conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

SILVA, Anderson Godinho. *Orações modais: uma proposta de análise*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em <http://files.combinacaodeclausulas.webnode.com.br/200000007> (acesso em 20 maio de 2020).

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa: gramática de palavra, gramática de frase e gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 2001.